

Pluralismo nos media: conceito e preconceitos

A Comissão Europeia divulgou, no passado dia 8, em Bruxelas, um estudo contendo uma metodologia para supervisão do pluralismo nos *media*, realizado por uma equipa de académicos de universidades europeias liderada pela Universidade Católica de Lovaina.

O estudo surge na sequência de uma tentativa falhada, realizada pela Comissão nos anos 90, para criação de uma Directiva harmonizada sobre a propriedade dos *media*, em resposta a preocupações recorrentes dos Estados-membros quanto à necessidade de adopção de medidas para uma efectiva protecção do pluralismo.

Constatando a inexequibilidade de uma abordagem uniforme do pluralismo, que não tivesse em conta as especificidades dos mercados de *media* nacionais, a Comissão desenvolveu esforços no sentido de chegar a um modelo de supervisão do pluralismo consentâneo com a realidade e diversidade dos *media* de cada Estado, que abrangesse aspectos como a dimensão dos mercados nacionais, o desenvolvimento tecnológico, a presença de minorias, as tradições culturais e políticas, etc. O estudo agora apresentado corresponde a essa nova abordagem do pluralismo, baseada já não apenas na propriedade dos *media*, mas numa dimensão alargada e multifacetada do conceito.

Partindo de uma base teórica apoiada numa sólida bibliografia, o estudo propõe-se objectivar diferentes dimensões do pluralismo, através de um vasto conjunto de indicadores, que cobrem questões como o controlo do cumprimento das obrigações decorrentes da concessão de licenças, garantias de liberdade editorial, independência do serviço público, situação profissional dos jornalistas, relação entre *media* e actores políticos, etc., para além de garantias de acesso dos cidadãos a uma pluralidade de fontes e vozes que lhes permitam formar a sua própria opinião, sem interferências ilegítimas de uma opinião dominante oriunda de um qualquer poder.

Os indicadores foram concebidos com base num conjunto de seis “domínios de risco”, para cada um dos quais são identificadas “ameaças” ao pluralismo, traduzidas em indicadores. O primeiro domínio de risco inclui indicadores relativos a



Maria Estrela Serrano

A ferramenta metodológica agora disponibilizada constitui um importante passo para um melhor conhecimento do sector dos media

condições básicas para a existência de pluralismo nos *media*, como sejam a liberdade de expressão, uma regulação independente e literacia para os *media*. Os restantes cinco domínios de risco abrangem indicadores sobre a propriedade dos *media*, tipos e géneros de *media*, pluralismo cultural, pluralismo político e pluralismo geográfico.

Baseados em estudos realizados pela Comissão e em trabalhos de investigadores e especialistas, os indicadores são de três tipos e perfazem um número total de 166, 39 dos quais são de tipo económico (todos quantitativos), 67 de tipo legal (todos qualitativos) e 60 de tipo sociodemográfico (quantitativos e qualitativos). Estes três tipos de indicadores distribuem-se por três diferentes áreas da cadeia de valor dos *media*: provisão (estruturas, processos, produção de conteúdos para vários tipos de *media*, etc.), distribuição (mecanismos, meios, canais, usados na distribuição de conteúdos, etc.) e uso (acessibilidade aos *media* para pessoas com necessidades especiais, literacia para os *media*, etc.).

Trata-se, pois, de um instrumento metodológico, transparente, objectivo e neutro, que permite uma abordagem estruturada, multidisciplinar e multidimensional do pluralismo nos *media* nos diferentes Estados-membros. Como ferramenta metodológica que é, não se destina a resolver situações de eventual ausência de pluralismo, impondo, por exemplo, medidas regulamentares ou regulatórias, mas a fornecer um diagnóstico sobre o estado do pluralismo nos *media*.

O estudo foi testado e validado em três países fora da União Europeia seleccionados pelas suas particularidades: os EUA, devido às suas diferentes tradições, nomeadamente, em matéria de televisão pública; a Austrália, devido à dimensão reduzida do seu mercado de *media*; a Suíça por, não obstante se integrar na tradição europeia em aspectos jurídicos, económicos e sociais, não pertencer à UE.

O modelo vai ainda ser melhorado a partir dos contributos recolhidos. A sua implementação não é, contudo, nem fácil nem imediata, apesar de as metodologias que o enformam se encontrarem claramente expostas e serem disponibilizados os instrumentos necessários à sua aplicação. Requer equipas multidisciplinares, independentes, experientes em trabalho de investigação e com conhecimento do sector dos *media*.

Caberá aos Estados-membros que quiserem utilizar a ferramenta agora disponibilizada extrair do diagnóstico que vier a resultar da sua aplicação as consequências que entenderem como adequadas ao seu caso. Diagnosticar não é controlar, como acentuou a equipa de investigadores durante a apresentação do estudo perante manifestações de receios de que o diagnóstico obtido possa vir a resultar num reforço de regulamentação e de regulação susceptível de limitar a liberdade de imprensa. Diagnosticar é conhecer. E conhecer é essencial para decidir, por exemplo, para decidir investir.

No caso de Portugal, apesar dos preconceitos que ainda se fazem sentir em alguns sectores sobre iniciativas tendentes a um melhor conhecimento dos *media*, como mostram algumas reacções aos relatórios de análise dos *media* realizados pela ERC (que recorrem, diga-se, a metodologias idênticas, embora de escala mais reduzida, às do estudo a que aqui se faz referência), o conjunto de indicadores agora apresentado proporciona a todos os interessados que o desejem aplicar, quer sejam jornalistas ou outros profissionais, proprietários, académicos, políticos, governantes, instâncias ou entidades reguladoras (auto-regulação, co-regulação, hetero-regulação), um diagnóstico sobre o pluralismo nos *media* nacionais.

É certo que um instrumento metodológico objectivo e transparente pode sempre ser subjectivamente utilizado e politicamente instrumentalizado (como também tem acontecido relativamente a documentos da ERC). Isso não deve, porém, impedir a sua utilização para um melhor conhecimento do sector. Aliás, como também foi afirmado no decorrer da discussão pública, pode acontecer que, em alguns casos, o diagnóstico aponte para uma regulamentação ou regulação excessivas.

Seja como for, e independentemente do destino e da utilização que a Comissão e cada Estado-membro vierem a dar-lhe, a ferramenta metodológica agora disponibilizada constitui um importante passo para um melhor conhecimento do sector dos *media*, particularmente do pluralismo na sua dimensão mais vasta e profunda. Se outros o não fizerem, investigadores e académicos não deixarão de a aprofundar e utilizar, adequando-a às especificidades nacionais quando e se for caso disso. *Membro do Conselho Regulador da ERC*